

A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NOS RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX

THE GERMAN IMMIGRATION IN GOVERNMENT REPORTS OF THE HOLY SPIRIT IN THE NINETEENTH CENTURY

Arildo Castelluber
arildocastelluber@hotmail.com
UFES-CEUNES

Resumo: O texto apresenta uma análise histórica da imigração germânica a partir dos relatórios dos presidentes da Província no Espírito Santo no século XIX, de 1838 até 1888. Os relatórios eram apresentados anualmente à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, nas prestações das contas ou nas mudanças de governo. Suas informações sobre vários assuntos relacionados com o modo de organização da Província ainda são pouco exploradas pelos pesquisadores da História do Espírito Santo. Esta pesquisa de caráter documental analisa as visões e ações governamentais empreendidas para se estabelecer as colônias de imigrantes germânicos no Espírito Santo. O foco do estudo é o desenvolvimento populacional e econômico das colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, fundadas em meados do século XIX, a fim de construir, ou reconstruir, uma história da colonização germânica. No ponto de vista do governo, a imigração era uma tábua de salvação para aumentar a produção agrícola e povoar o interior da Província.

Palavras-chave: Imigração germânica - Espírito Santo. Relatórios dos presidentes de Província. Colonização.

Abstract: The text presents a historical analysis of the german immigration from the reports of the presidents of the Province in Espírito Santo in the nineteenth century, from 1838 to 1888. The reports were submitted annually in the Provincial Legislative Assembly of Espírito Santo, the presentment of accounts or in the changes of government. Its information on various subjects related to the organizational mode of the Province are still briefly explored by the researchers of the History of Espírito Santo. This documentary research analyzes the views and governmental actions undertaken to establish the colonies of German immigrants in Espírito Santo. The focus of the research is the development of the population and economy of the colonies of Santa Isabel and Santa Leopoldina, founded in the nineteenth, in order to build, or rebuild, a history of German colonization. In the government's point of view, immigration was a lifeline to increase agricultural production and populate the interior of the Province.

Keywords: German Immigration in Espírito Santo. Reports of the presidents of the Province. Colonization.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa é caracterizada como histórico-documental, tendo como objeto os relatórios dos presidentes da Província do Espírito Santo apresentados anualmente nas prestações de contas para a Assembleia Legislativa Provincial ou quando da passagem de uma administração para outra.

Para o desenvolvimento do estudo, foram pesquisados mais de 70 relatórios escritos entre os anos 1838 e 1888. Os relatórios estão disponíveis por meio de consultas a microfilmes ou em arquivo digital no site www.apees.gov.br. São documentos oficiais, carregados de interesses políticos, que apresentam “uma história”, a versão oficial, porque se entende efetivamente que documentos são vestígios, uma marca (BLOCH, 2001).

Os relatórios possibilitam ao pesquisador obter informações sobre diversos assuntos: saúde pública, colonização, educação, tesouraria, instrução pública, culto público, obras públicas, iluminação pública, comércio e navegação, administração da justiça e segurança individual, força pública, cadeias, estatística, catequese e civilização dos índios, casas de caridade, Capitania do Porto, administração de rendas provinciais, relação de juízes, relação de chefes de polícia, quadro de crimes cometidos, balanços de receita e despesa provincial, mapas de nascimentos, casamentos e óbitos e ainda dados populacionais da Província do Espírito Santo. Neste trabalho foram pesquisados os dados populacionais nas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, bem como da Província, a fim de verificar como foi caracterizada a imigração germânica, tendo em vista que, em seus discursos, o governo afirmava que tinha a intenção de povoar o interior e aumentar a produção econômica da Província do Espírito Santo.

Ao analisar os relatórios, observa-se que, de 1844 até 1882, o assunto colonização foi abordado em praticamente todos os relatórios, com diferença apenas nos títulos das seções (colonização, imigração) ou citação dos nomes das colônias.

Algumas informações contidas nos relatórios não expressavam as reais condições existentes, portanto, ao pesquisar, as fontes são primordiais para o historiador “[...] ler os documentos nas

entrelinhas” (BURKE, 1992, p. 25) e procurar cruzar as informações entre os relatórios e outras fontes.

Na visão dos governantes, o Brasil, com seus recursos naturais inexplorados aliados à mão de obra imigrante, poderia tornar-se celeiro do mundo. As discussões sobre a política da imigração traziam constantes referências ao aumento da mão de obra para a produção de café, produto de grande valor agregado à agricultura da província.

O início da imigração germânica no Espírito Santo se deu com a chegada dos europeus oriundos de Hunsrück e do Hesse na Colônia de Santa Isabel, fundada em março de 1847, atualmente município de Domingos Martins, na região serrana do Estado. Em 1857, foi criada a Colônia de Santa Leopoldina com uma grande expectativa de trazer muitos imigrantes europeus.

Neste estudo é detalhado como ocorreu o aumento populacional e a melhoria da economia da Província com a vinda dos imigrantes germânicos, principalmente os germânicos em Santa Leopoldina.

2 IMIGRAÇÃO: POVOAÇÃO E TRABALHO

No final da primeira metade do século XIX, a população da Província do Espírito Santo era concentrada na capital (Vitória) e muito fragmentada no interior. Havia poucas estradas e o mar era o principal meio de transporte. A Província dependia basicamente da produção agrícola para sustentar a economia, a fim de gerar riquezas e recolher impostos.

Em 1843, eram apenas 31.498 habitantes, sendo 21.122 livres (67%) e 10.376 escravos (33%). A Província dividia-se em três comarcas: Vitória, São Mateus e Itapemirim, com um total de dez municípios. A população concentrava-se na capital, Vitória, com 10.611 habitantes, 7.310 livres (69 %) e 3.301 escravos (31%) (ESPÍRITO SANTO ,1844).

Os administradores da Província criaram grande expectativa para a vinda dos imigrantes a fim de povoar e trabalhar nas terras inabitadas do Espírito Santo. Na análise das mensagens,

percebe-se a preferência pela vinda do imigrante europeu, considerado trabalhador e inteligente: “Para receber uma larga imigração europeia, que nos venha importar trabalho e capital, sobretudo o capital da inteligência, mais valioso que o dinheiro, não vejo, talvez, no país, uma província, que de si ofereça mais favoráveis condições do que esta [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1859, p. 37-38).

Os discursos oficiais demonstram a urgência declarada em investir na colonização do interior por meio da vinda dos imigrantes europeus, considerados bons trabalhadores. A fertilidade do solo e a mão de obra do imigrante eram a esperança do desenvolvimento da economia.

3 A COLÔNIA DE SANTA ISABEL

Em 1847, foi criada, por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, a primeira colônia germânica no Espírito Santo, localizada a 40 quilômetros da capital. O Governo Imperial tinha interesse em receber os imigrantes estrangeiros e adotava como contrapartida um subsídio para que eles se estabelecessem e fossem autossuficientes: “Por conta do governo imperial se lhes adianta a subsistência por um espaço de seis meses, medicamentos, algum gado, e os instrumentos próprios para a lavoura, comprometendo-se os colonos ao reembolso durante o prazo de quatro anos” (ESPÍRITO SANTO, 1847, p. 38).

Os primeiros 163 imigrantes alemães receberam lotes de terras para construir suas novas moradias. Na maioria, eram agricultores que lavravam a terra para a produção do sustento familiar e o excedente era exportado para outros mercados.

O Governo Imperial e o da Província eram responsáveis pelos investimentos destinadas a custear o processo imigratório, que demandava a construção de uma estrutura na colônia para acomodar o centro administrativo e outros espaços sociais para os imigrantes, como igrejas, escolas, estradas etc. A construção de uma capela e uma escola para os filhos dos primeiros imigrantes foi um pedido imediato do presidente Couto Ferraz na criação da Colônia de Santa Isabel:

Portanto, senhores, um pequeno sacrifício do cofre municipal vale bem a pena para se dar incremento a esta grande ideia, e hoje sobretudo que tanto ressentem os

fazendeiros da falta de braços para darem valores as suas terras. Espero que me habiliteis com alguma quantia para este fim, desde já, e também me autorizeis a fazer construir uma pequena capela, com toda a economia, no centro da povoação para os que ficarem mais distantes, além da criação de uma escola de 1^{as} letras. Existem na colônia 46 crianças em estado de aprender (ESPÍRITO SANTO, 1847, p. 39).

Os relatórios governamentais referentes ao período de 1838 a 1888 apresentam uma secção específica para dar conhecimento dos fatos ocorridos no cotidiano da colônia de Santa Isabel, segundo a visão dos administradores. Tratam constantemente da importância da imigração, da sua organização social, da saúde, da segurança, da produção agrícola e dos dados populacionais, dentre outros. O presidente da Província do Espírito Santo, José Bonifácio Nascentes d’Azambuja (ESPÍRITO SANTO, 1852), forneceu dados da população da Colônia de Santa Isabel, conforme demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1– População da Colônia de Santa Isabel - 1852

Habitantes	Número	176
Idades	Maior que 60	1
	41 a 60 anos	27
	21 a 40 anos	44
	12 a 20 anos	39
	Menores que 12 anos	65
Religião	Católicos	104
	Dissidentes	72
Sexo	Masculino	97
	Feminino	79
Estado Civil	Solteiros	100
	Casados	72
	Viúvos	4

Fonte: Dados extraídos do relatório do presidente José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, divulgados em 24-05-1852.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Azambuja se refere aos não católicos como “dissidentes”, provavelmente por diferir da religião oficial do Brasil Imperial (Católica Apostólica Romana). O uso do termo dissidente indica uma discriminação religiosa por parte dos governantes em relação aos imigrantes luteranos.

Os administradores provinciais reforçavam nos discursos que a colonização se constituía no único meio de fazer prosperar a Província do Espírito Santo. Nesta mensagem, o presidente

expôs o ponto de vista do governo em relação à imigração, exaltando as características da Província:

Ninguém hoje desconhece a necessidade da colonização no país; todos proclamam a uma, que dela depende a prosperidade, e riqueza pública, e se alguma província presta-se com propriedade para estabelecimentos coloniais, é sem dúvida esta, que além de exiguidade de população, tem extensas e férteis matas devolutas, muitos portos e rios navegáveis, e um clima assaz benigno e salubre (ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 10).

Os relatórios reforçavam o discurso sobre a importância da colonização, depositando na vinda dos imigrantes um futuro com prosperidade, acreditando que: “A colonização torna-se cada vez mais necessária nesta província; é ela que exclusivamente guarda a chave de ouro de seu futuro” (ESPÍRITO SANTO, 1857, p. 10). Na leitura dos relatórios, percebe-se a exaltação, um exagero na descrição das reais condições da Província, tentando passar para o exterior uma imagem atrativa aos estrangeiros, mas a realidade não era bem essa, pelas condições adversas que os imigrantes encontraram no início da colonização.

4 A COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

A outra colônia germânica foi criada pelo Governo Imperial pelo Aviso nº 10, do ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, de 27 de fevereiro de 1856. O presidente, Barão de Itapemirim (1856), mandou demarcar o centro da povoação e os prazos (terrenos) entre a Cachoeira Grande e a do José Cláudio, numa extensão de terra correspondente a quatro léguas quadradas para ser dividida em lotes de 62.500 braças quadradas.

As primeiras 50 famílias (160 pessoas) foram encaminhadas pelo Governo Imperial em março de 1857. Para a construção do barracão no centro da povoação, foram contratados os serviços de alguns índios (ESPÍRITO SANTO, 1856).

Primeiramente, a colônia chamou-se “Santa Maria”, em referência ao nome do rio Santa Maria que corta a região da colônia, mas o nome foi alterado para “Santa Leopoldina”, conforme despacho do ministro dos Negócios do Império, Sr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, emitido em 27 de março de 1857. Segundo Tschudi (2004), a troca do nome foi uma homenagem do Imperador D. Pedro II à sua segunda filha, Dona Leopoldina. Depois da

mudança dos nomes, alguns imigrantes se confundiram na chegada a Santa Leopoldina e se diziam enganados, pois desejavam se estabelecer na Colônia de Santa Maria e não em Santa Leopoldina.

A região de Santa Leopoldina descrita nos relatórios era um lugar ideal para a criação de uma colônia, com: “Águas excelentes, e abundantes, clima saudável, terras fertilíssimas, [...] e o terreno [...] para todos os gêneros de cultura e todas as aplicações industriais” (ESPÍRITO SANTO, 1857, p. 13).

Aos olhos do presidente da Província do Espírito Santo, José Maurício Pereira de Barros, numa parte das terras, havia tabuleiros de relva apropriados para pastagens de gado, ou para plantações de arroz e de cana-de-açúcar, comparando-as com as margens do famoso rio Nilo. Em outra parte do terreno, “[...] algum tanto acidentado, apresenta ondulações embelezadas por pequenos outeiros” e, nas demais partes, existem as montanhas, “[...] algum tanto elevadas, mas facilmente acessíveis, e muito usadas para plantação do café e talvez do chá” (ESPÍRITO SANTO, 1857, p. 13).

Na realidade a região escolhida pelo governo é formada por poucos terrenos planos e muitas montanhas, que dificultam a agricultura. Além de montanhoso, o terreno era pouco fértil, contudo, aos olhos dos governantes, tudo favorecia a produção agrícola. Havia interesse em promover a imigração numa região inabitada e desconhecida de muitos, portanto o discurso do presidente não poderia ser contestado naquele momento da colonização; era necessário manter uma imagem positiva para despertar o desejo da vinda de outros imigrantes para a Província do Espírito Santo.

A situação financeira da Província do Espírito Santo não permitiu prover as colônias com condições ideais de saúde, transporte e educação. Além disso, eram constantes as trocas das administrações, tanto da colônia como da Província. De 1842 até a República, em 1889, a Província do Espírito Santo foi dirigida por mais de 50 governantes. A falta de continuidade e a falta de conhecimento dos problemas locais e regionais impediam os administradores de adotar medidas que tivessem continuidade. Por desconhecimento das regiões que estavam sob

sua responsabilidade, os administradores descreviam os locais como se fossem a “terra prometida”, mas a realidade era muito diferente e adversa.

A estratégia da administração provincial em mostrar uma imagem atraente da colônia remete à crítica que o historiador deve fazer a todos documentos, pois “A crítica interna deve interpretar o significado dos documentos, avaliar a competências do seu autor, determinar sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controlá-la através de outros testemunhos” (LE GOFF, 2003, p. 110). É necessário que o pesquisador busque outras fontes, confronte dados de outros autores, para determinar se o documento está revelando a realidade ou está divulgando uma imagem que interessa ser mostrada com um determinado propósito.

Os primeiros imigrantes encontraram matas virgens, fechadas e de difícil acesso, um emaranhado de cipós que os abraçavam tentando detê-los na abertura das picadas. Essa é uma realidade diferente da imagem divulgada pelo presidente José Maurício Pereira de Barros (ESPÍRITO SANTO, 1857). Mais tarde o próprio presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, reconheceu que as terras não eram tão férteis: “Infelizmente parece que o lugar em que se estabeleceram os primeiros colonos não era tão admirável como se tinha informado ao digno administrador” (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 72).

A sede original da colônia foi estabelecida onde atualmente é a localidade de Suíça e, posteriormente, foi transferida para um local mais baixo, onde o rio Santa Maria encontra as cachoeiras e hoje é a sede do município de Santa Leopoldina. Segundo o administrador provincial, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, esse local é mais apropriado para a colonização: “Terreno ótimo para a cultura, pouco montanhoso, regado em todos os sentidos por pequenos córregos, e oferecendo planícies extensas tanto para o sul, como para o oeste, eis que se encontra na nova Colônia de Santa Leopoldina” (ESPÍRITO SANTO, 1858, p. 11).

As primeiras iniciativas para estabelecerem condições para o convívio social das colônias foram construções de igrejas e de escolas. Em relação à edificação de templos religiosos, a

administração da Província liberou uma quantia de 4:000\$000 (quatro mil contos de réis), em 1860, para a construção da primeira capela católica da Colônia de Santa Leopoldina. Os colonos católicos eram assistidos pelo Frei Adriano Lanstehner, entretanto os luteranos, na mesma época, ainda não tinham pastor e nem igreja (ESPÍRITO SANTO, 1860).

Os recursos financeiros chegavam na colônia com bastante atraso. Somente em 1866 o Governo Imperial autorizou o presidente Allexandre Rodrigues da Silva Chaves a construir uma casa para o pastor luterano e uma escola de Primeiras Letras em Santa Leopoldina, designando a verba de 500\$000 (quinhentos contos de réis) (ESPÍRITO SANTO, 1866).

No cotidiano da Colônia de Santa Leopoldina, predominava a atividade agrícola, com a produção de gêneros alimentícios diversificados, desenvolvida no plantio de mandioca, feijão e café. As pequenas criações de gado, aves e porcos tinham como finalidade o consumo doméstico.

O trabalho familiar era uma necessidade econômica. Os membros da família precisavam trabalhar para a produção, pois os colonos não tinham condições financeiras de pagar empregados para cultivar suas terras. O café era plantado com o objetivo de exportação e tornou-se, mais tarde, o principal produto para a geração de recursos.

5 A FORÇA DA COLONIZAÇÃO

A origem dos imigrantes europeus também foi citada em relatórios dos presidentes da Província. O relatório do presidente André Augusto de Pádua Fleury, divulgado em 1863, apresenta uma tabela da população de Santa Leopoldina. Nele são citadas 18 nacionalidades de imigrantes residentes: Badenses (23), Bávaros (33), Belgas (12), Franceses (4), Hanoverianos (11), Hesseianos (80), Holandeses (215), Holsteianos (15), Ingleses (2), Luxemburgueses (69), Merkemburgueses (7), de Nassaus (6), Oldemburgueses (4), Schvvarburgueses (4), Saxônios (72), Suíços (89), Tiroleses (97) e Prussianos (426), totalizando 1.169 pessoas (ESPÍRITO SANTO, 1863).

Mais tarde, em 1868, a população da colônia de Santa Leopoldina era de 1.395 pessoas: alemães (837), belgas (11), franceses (9), holandeses (338), ingleses (7), norte-americanos (4), russos (2), suíços (85) e tirolezes (102) (ESPÍRITO SANTO, 1868).

Ao longo dos anos seguintes, as populações das colônias aumentavam com a vinda de novos imigrantes, mas com maior intensidade em Santa Leopoldina, conforme Tabela 2:

TABELA 2– Populações das Colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel – 1865

Categorias	Subcategorias	Santa Leopoldina	%	Santa Isabel	%
Habitantes	Número	1.235	100	1109	100
Idades	Menores	674	(1)	599	54
	Adultos	541	(1)	510	46
Religião	Católicos	421	34	597	51
	Protestantes	814	66	512	49
Sexo	Masculino	651	53	596	54
	Feminino	584	47	513	46
Estado Civil	Solteiros	64	(1)	664	(1)
	Casados	458	(1)	415	(1)
	Viúvos	39	(1)	s.d.	s.d.

Fonte: Relatório do presidente Dr. José Joaquim do Carmo em 26-05-1865.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Não calculado, pois os dados apresentados no relatório não equivalem ao total da população.

Comparando-se a quantidade de pessoas entre as duas colônias, observa-se que a população da Colônia de Santa Isabel foi superada pela de Santa Leopoldina, fundada dez anos depois.

A religião da maioria da população em Santa Leopoldina (66%) era protestante, mas percebe-se que a atenção do governo era maior aos atendimentos dos católicos (34%), visto que os evangélicos demoraram mais tempo para receber recursos para a construção dos seus templos. Em 1875, existia em Santa Leopoldina uma capela e uma igreja católica, mas os cultos dos habitantes evangélicos eram feitos em duas casas (ESPÍRITO SANTO, 1875).

Em Santa Isabel havia equilíbrio numérico entre católicos e evangélicos, porém houve tratamento diferenciado para os católicos, gerando insatisfação dos colonos evangélicos. Os imigrantes católicos tinham, em 1854, um padre e uma escola, mas os ditos protestantes não contavam com pastor para a assistência espiritual, por isso “[...] os protestantes se recusavam a mandar seus filhos para a escola primária, cujo professor era católico” (ESPÍRITO SANTO,

1854, p. 34). Somente em dezembro de 1857, chegou a Santa Isabel o pastor evangélico Júlio Koenig, contratado pelo Governo Imperial para atender aos colonos luteranos (ESPÍRITO SANTO, 1857).

Fica evidente, como foi dito, que havia uma discriminação por parte do governo, em relação à religião dos imigrantes luteranos (protestantes), e um favorecimento dos recursos aos católicos adeptos à religião oficial do Brasil.

A fim de entender a dimensão do crescimento populacional da Província do Espírito Santo no período estudado, os relatórios dispõem de dados esclarecedores. O presidente da Província, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, divulgou a população da Província do Espírito Santo em 1856. Eram 48.893 habitantes assim distribuídos: 36.793 (75,3%) livres e 12.100 (24,7%) escravos. A população de Vitória era constituída por 5.002 habitantes: 4.139 (82,7%) livres e 863 (17,3%) escravos (ESPÍRITO SANTO, 1857).

O último quadro populacional da Província do Espírito Santo nos relatórios foi divulgado pelo presidente Francisco Ferreira Correa, em 1871, com os dados adaptados na Tabela 3:

TABELA 3 – População da Província do Espírito Santo – 1871

Distritos	População livre	População escrava	Total
Capital	14.669	3.031	17.700
Viana	3.857	1.139	4.996
Espírito Santo	882	237	1.119
Serra	2.513	1.240	3.753
Nova Almeida	1.358	498	1.856
Santa Cruz	2.910	179	3.089
Linhares	1.159	89	1.248
Cidade São Mateus	2.651	1.951	4.602
Barra de São Mateus	2.071	730	2.801
Guarapari	4.835	678	5.513
Benevente	2.977	796	3.773
Itapemirim	4.680	2.013	6.693
Cachoeiro	7.263	6.179	13.442
Total	51.825	18.760	70.585

Fonte: Relatório de Francisco Ferreira Correa, em 09-10-1871.

Notas: - Dados trabalhados pelo autor.

- Não apareceram os dados das localidades de Carapina, Queimado, Piúma e Itabapoana.

Em 1871 a Província do Espírito Santo chegou a 70.585 habitantes, 51.825 (73,5%) livres e 18.760 (26,5%) escravos. Vitória tinha uma população de 17.700 pessoas, com 14.669 livres (83%) e 3.031 (17 %) escravos (ESPÍRITO SANTO, 1871).

As colônias criadas na Província do Espírito Santo eram ligadas administrativamente à Administração Provincial, na capital, Vitória, e seus dados estatísticos eram computados para Vitória.

Pode-se observar que, no intervalo de 15 anos, entre 1856 e 1871, houve um aumento da população livre de 15.032 pessoas em toda a Província do Espírito Santo, representando um crescimento relativo de 40,8%. Em Vitória o aumento foi de 10.530 na população livre, com um crescimento relativo de 254,4%. Observa-se que em Vitória o crescimento populacional foi muito superior em relação as outras localidades da Província. Comprova-se que foi a imigração, cujos dados eram computados para Vitória, que aumentou o seu número de habitantes e, conseqüentemente, da Província, numa proporção relativamente alta.

A chegada dos imigrantes ia aumentando a população da Província. Somente em 1872, foram 557 entradas de imigrantes em Santa Leopoldina, acumulando, em quatro anos, 1.100 novos moradores e uma população de 2.495 habitantes (ESPÍRITO SANTO, 1872).

Em 1882, em Porto de Cachoeiro, sede da colônia de Santa Leopoldina, a população era de 6.873 pessoas. O núcleo de Timbuí (Santa Teresa) contava com 3.600 habitantes e o núcleo de Santa Cruz tinha 1.213, totalizando 11.686 moradores (ESPÍRITO SANTO, 1882). A população da Colônia de Santa Leopoldina já havia superado a de algumas cidades na Província do Espírito Santo.

A falta de estradas de rodagem, a ligação pelo rio Santa Maria até a capital, e o aumento populacional formaram condições propícias para o crescimento do comércio interno e externo na Colônia de Santa Leopoldina (Figura 1).

Figura 1–Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina- ES



Acervo: Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, [19--].

A sede da colônia de Santa Leopoldina destacou-se como uma cidade-porto, impulsionada pela exportação do café produzido na colônia e nas regiões vizinhas, que utilizavam o Porto de Cachoeiro para transportar as mercadorias para Vitória:

O Porto de Cachoeiro, a sede mais antiga do núcleo, é hoje um centro de grande atividade agrícola e comercial é incontestavelmente um dos pontos mais prósperos da Província.

No povoado, cuja edificação rivaliza com a desta capital em bonitas e vistosas casas de sobrado, existem importantes estabelecimentos comerciais pertencentes a honrados e laboriosos alemães, que não há muitos anos para ali foram como colonos. As estradas para os diversos distritos são boas e bem conservadas.

A cultura do café tem tido ali grande incremento e dia a dia promete tomar maiores proporções (ESPÍRITO SANTO, 1880, p. 17).

A colônia de Santa Leopoldina prosperou. Sua sede, Porto de Cachoeiro, tornou-se um centro comercial florescente para a Província do Espírito Santo impulsionado pela força de trabalho de seus colonos imigrantes.

6 OS POMERANOS NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

Os pomeranos foram a maioria dos imigrantes germânicos que se estabeleceram em Santa Leopoldina, entretanto há poucas citações nos relatórios sobre a Pomerânia. É necessário

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 1, jan./jun. 2015

conhecer esse povo para entender os motivos do equívoco dos governantes que confundiam os pomeranos com os outros povos germânicos.

A Pomerânia se localizava entre os países Alemanha e Polônia, estava sob o domínio da Prússia desde 1817 até a fundação do Império Alemão, em 1871. Depois, com a união dos Estados alemães, ela passou a fazer parte do Império Alemão, permanecendo até a derrota da Alemanha na II Guerra Mundial (1945). A partir daí, uma parte da Pomerânia foi anexada à Polônia e a outra, à Alemanha Oriental, então a Pomerânia deixa de existir.

O pomerano é uma língua baixo-saxônica, subfamília linguística do Saxão Antigo, pertencente à família germânica das terras baixas do Mar Báltico, Europa Central. A língua alemã descende do Alto-Alemão antigo das regiões altas da Alemanha e Suíça. O pomerano, o holandês, o sueco, o escocês, inglês e o alemão fazem parte da família germânica (TRESSMANN, 2008). O termo germânico “[...] não quer dizer, a princípio, alemão, mas reporta-se a um conjunto de povos que compartilham tradições e línguas em comum” (TRESSMANN, 2008, p. 20).

Devido à semelhança da língua, os pomeranos eram confundidos pelos funcionários do governo com os outros povos vizinhos, provavelmente, foram contados entre os prussianos ou alemães, por isso não aparecem explícitos nos quadros estatísticos do governo.

Existem poucas referências a esses imigrantes, mas eles eram conhecidos pela disposição ao trabalho, como destaca o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, ao descrever as condições da Colônia de Santa Leopoldina:

[...] povoada por boa parte por excelentes trabalhadores entre os quais se encontra os Pomeranianos (sic), Tiroleses e Luxemburgueses, mas no restante composta de homens rebeldes ao trabalho agrícola e unicamente atidos aos socorros que o governo Imperial distribui generosamente com o fim acertado de favorecer a colonização (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 73).

No ano seguinte, o mesmo presidente Pereira Júnior aponta os principais problemas da Colônia de Santa Leopoldina. Naquele momento: a má índole de alguns colonos, a falta de conhecimento dos trabalhos na lavoura, a má qualidade de alguns terrenos e a baixa

permanência nos cargos dos administradores da colônia. Entretanto, no mesmo relato, ele reconhece que “Os colonos que ali prosperam com maior segurança e rapidez são os pomeranianos [sic], que eram agricultores no seu país” (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 41).

O desconhecimento da realidade dos habitantes da colônia é evidente no discurso de alguns administradores. Os suíços, por serem os primeiros a chegar à colônia, foram considerados como parte da maioria dos imigrantes, enquanto os pomeranos, confundidos com os outros povos germânicos, não foram reconhecidos, como se observa no comentário do presidente da Província, na fala à Assembleia Provincial, a respeito de Santa Leopoldina: “[...] sua população composta na máxima parte de alemães e suíços, não é muito inferior a 5.000 almas” (ESPÍRITO SANTO, 1874, p. 28).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do estudo mostra que a imigração germânica pode ser caracterizada nos relatórios governamentais dos presidentes de Província do Espírito Santo por dois aspectos: a povoação do interior e o aumento da produção agrícola.

A Província do Espírito Santo era pouco habitada, com uma população concentrada no litoral, então o governo promoveu a criação de colônias de imigrantes europeus para povoar as regiões inabitadas do interior. A fim de atrair o imigrante, os discursos dos governantes divulgam uma imagem das colônias comparada com a Terra Prometida, onde mana o leite e mel, distantes da realidade.

A falta de estrutura e os problemas encontrados não frearam a vinda de novos imigrantes e o crescimento das colônias. A população aumentou numa velocidade que em poucos anos superou algumas cidades da Província.

O desenvolvimento econômico nas colônias foi acentuado pela capacidade de trabalho dos colonos na cultura do café, principal produto de exportação da Província do Espírito Santo. Toda a produção cafeeira da região central era transportada para o Porto de Cachoeiro e daí

seguia em barcas pelo rio Santa Maria até o Porto de Vitória. Santa Leopoldina se tornou um centro comercial de muita prosperidade, com lojas de produtos nacionais e importados.

A leitura dos relatórios revela uma riqueza de dados ainda pouco explorados pelos historiadores e educadores. Há muitas questões a serem pesquisadas sobre os imigrantes germânicos, por isso deve-se avançar para completar, confrontar ou revisar o conhecimento, a fim de construir, ou reconstruir, a história desses atores do desenvolvimento social, econômico e cultural do Espírito Santo no século XIX.

Buscar novas fontes na pesquisa histórica é essencial para permitir que se faça um estudo mais denso do objeto pesquisado. O acesso a novas fontes permitirá que algumas lacunas se completem e ao mesmo tempo abram outras, que motivarão novos estudos.

8 REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2003.

TRESSMANN, Ismael. O pomerano: uma língua baixo-saxônica. **Revista da Farese**, Santa Maria de Jetibá, v.1, n.1, p.10-21, 2008.

TSCHUDI, Johann Jacob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça (1860)**. Vitória: Apees, 2004. v. 5 (Coleção Canaã).

FONTES

RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1844**. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Cont. Villeneuve e Comp., 1844.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Luiz Pereira do Couto Ferraz. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Luiz Pereira do Couto Ferraz, presidente da Província do**

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 1, jan./jun. 2015

Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N.L. Vianna, 1847.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, presidente da Província do Espírito Santo, no dia 24 de maio de 1852.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo Vitória, 1852.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Sebastião Machado Nunes. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Sebastião Machado Nunes, presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1854.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1854.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente Barão do Itapemirim. **Relatório entregue ao Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros pelo Barão do Itapemirim, 1º vice-presidente da Província do Espírito Santo, que entregou a administração da Província no dia 8 de março de 1856.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Maurício Pereira de Barros. **Relatório entregue por José Maurício Fernandes Pereira de Barros, presidente da Província do Espírito Santo, na abertura da secção ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Maurício Pereira de Barros. **Relatório entregue por José Maurício Fernandes Pereira de Barros, presidente da Província do Espírito Santo, que passou a administração para José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1857.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. **Relatório entregue à Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1858.** Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1858.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Pedro Leão Velloso. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Pedro Leão Velloso, presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1859.** Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 24 de maio de 1860.** Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1860.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 23 de maio de**

1861, na abertura da sessão ordinária de 1861, pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1862, na abertura da sessão ordinária de 1862, pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior.** Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1862.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente André Augusto de Pádua Fleury. **Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1863.** Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1863.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente José Joaquim do Carmo. **Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim do Carmo, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 26 de maio de 1865.** Vitória: Typographia Liberal do Jornal da Victória, 1865.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Allexandre Rodrigues da Silva Chaves. **Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, Allexandre Rodrigues da Silva Chaves, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1866.** Vitória: Typographia Liberal do Jornal da Victória, 1866.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Francisco Leite Bittencourt Sampaio. **Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial por Francisco Leite Bittencourt Sampaio, presidente da Província, no dia 21 de abril de 1868.** Vitória: Typographia Liberal do Jornal da Victória, 1868.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Francisco Ferreira Correa. **Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial por Francisco Ferreira Correa, presidente da Província, no dia 9 de outubro de 1871.** Vitória: Typographia Liberal do Jornal da Victória, 1871.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Antônio Gabriel de Paula Fonseca. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por Antônio Gabriel de Paula Fonseca, presidente da Província, no dia 2 de outubro de 1872.** Vitória: Typographia Espírito-Santense, 1872.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Luis Eugênio Horta Barbosa. **Relatório apresentado ao Sr Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, por ocasião de deixar a administração da Província do Espírito Santo em 28 de abril de 1874.** Vitória: Typographia Espírito-Santense, 1874.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Domingos Monteiro Peixoto. **Fala com que o Sr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo, em 18 de setembro de 1875.** Vitória: Typographia Espírito-Santense, 1875.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 1, jan./jun. 2015

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Eliseu de Sousa Martins. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da Província do Espírito Santo, Eliseu de Sousa Martins, na sessão ordinária de 9 de março de 1880.** Vitória: Typographia da Gazeta da Vitória, 1880.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente Marcellino de Assis Tostes. **Relatório em que o Presidente da Província do Espírito Santo, Marcelino Assis Tostes, passou a administração da Província para o 1º vice- presidente, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, na sessão ordinária de 13 de fevereiro de 1882.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1882.